

Reviravolta na escola: *quando a mídia redesenha o passado*

Wesley Fernando de Andrade Hilário

Docente da SED-MS

Doutor em Educação pela UFGD

E-mail: weehillario@hotmail.com

Rosemeire de Lourdes Monteiro Ziliani

Docente da UFGD

Doutora em Educação pela UFMS

E-mail: rosemeireziliani@ufgd.edu.br

Recebido: 30 ago. 2024

Aprovado: 25 nov. 2024

Resumo: Este texto analisa enunciados imagéticos de uma edição da revista *Veja* (2016), em que se tratou sobre a reforma do Ensino Médio. A partir das teorizações de Foucault e de alguns de seus comentadores, explora como discursos e imagens capturam memórias e produzem sentidos estratégicos, refletindo verdades historicamente construídas e reativadas no contexto político e educacional da época.

Palavras-chave: Discurso. Historicidade. Novo Ensino Médio.

Abstract: This text analyzes imagetic statements from a 2016 edition of *Veja* magazine addressing the High School Reform. Drawing on Foucault's theories and interpretations by his commentators, it explores how discourses and images capture memories and produce strategic meanings, reflecting historically constructed truths reactivated within the political and educational context of the time.

Keywords: Discourse. Historicity. New High School.

Resumen: Este texto analiza enunciados imagéticos de una edición de la revista *Veja* (2016) que aborda la reforma de la Educación Secundaria. Basándose en las teorías de Foucault y en las interpretaciones de algunos de sus comentaristas, explora cómo los discursos e imágenes capturan memorias y producen sentidos estratégicos, reflejando verdades históricamente construidas y reactivadas en el contexto político y educativo de la época.

Palabras clave: Discurso. Historicidad. Nuevo Bachillerato.

Introdução

O presente artigo explicita uma análise discursiva de enunciados imagéticos presentes na edição 2497 da revista *Veja*, publicada em setembro de 2016, que abordou a reforma do Ensino Médio promovida pela Medida Provisória nº 746/2016. Com fundamentação teórico-metodológica nas contribuições de Foucault (2008, 2016, 2017) acerca do discurso e nas reflexões de outros autores alinhados a essa perspectiva, o estudo investiga como os enunciados e imagens da publicação reativam memórias e constroem significados alinhados ao contexto político, social e econômico da época. O objetivo é compreender as condições históricas que permitiram a emergência desses discursos, analisando suas estratégias enunciativas e os efeitos de subjetivação que produzem nos leitores. Justifica-se a pesquisa pela relevância de se problematizar as intersecções entre discurso midiático, memória e história na constituição de sentidos sobre políticas públicas educacionais em momentos de crise e transformação social.

Enunciados que inventam de uma nova escola para os jovens

Em 22 de setembro de 2016, Michel Temer (ex-presidente do Brasil), instituiu, tal como o golpe que deu origem à sua posição de chefe de Estado, mudanças na estrutura do Ensino Médio. Alvo de críticas de diversos sujeitos, a reforma produzida por uma “canetada” foi, em contrapartida, elogiada por alguns setores, inclusive pela mídia situada mais à direita. Este é o caso da Revista *Veja*, que historicamente comporta em seu conteúdo um alinhamento com setores mais conservadores da sociedade. Frente à ação de Temer, esse periódico publicou, uma semana depois da assinatura da Medida Provisória, uma edição voltada ao tema, trazendo como título de capa da edição 2497, datada de 28 de setembro, “Reviravolta na escola” (Veja, 2016).

O que a *Veja* teria a dizer sobre esse acontecimento?
Quais enunciados foram mobilizados para tanto?
Como o seu público leitor foi objetivado em relação à reforma do Ensino Médio?
De que estratégias enunciativas se lançou mão?

Essas são algumas interrogações que animam este artigo, cujo objetivo é socializar uma análise discursiva foucaultiana da referida edição da *Veja* (2016). Contudo, frente aos limites do texto, a análise se detém sobre as imagens utilizadas pela Revista, interpretando-as como enunciados. Segundo Foucault (2016, p. 105), o enunciado:

trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão presentes aí ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura (...); é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado em sua formulação (oral ou escrita).

Nesse sentido, os enunciados inscrevem em imagens, sons etc. Porém, nem toda enunciação é um enunciado; é preciso que tenha um sentido no momento em que é reproduzida. O argumento que atravessa a análise dos enunciados em circulação na edição da *Veja* (2016) integram o regime discursivo do tempo histórico em que vivemos. Por isso, face a específicas condições de possibilidade, puderam emergir na mídia nesse momento histórico. Os enunciados localizados constituem um arquivo, pois sua inscrição material só tem sentido porque se assenta sobre uma memória, repousa sobre um já-dito, levando os indivíduos a reconhecerem e a aceitarem as enunciações que os interpela.

Eis aqui um exercício que interroga por que os enunciados que compõem uma rede enunciativa acerca do Ensino Médio brasileiro e de seus estudantes apareceram neste momento histórico e não em outro. Em se tratando da perspectiva adotada neste escrito:

trata-se de compreender o[s] enunciado[s] na estreiteza de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado; de mostrar que outras formas de enunciação exclui (Foucault, 2016, p. 34).

A análise do discurso foucaultiana demanda um cuidado: ao invés de buscar um sentido oculto manifesto no discurso, como se as palavras (significantes) tivessem sempre relação com as coisas às quais se referem (significados), é preciso analisá-lo em sua concretude – olhar para o que realmente foi dito e fazer aparecer as relações que permitiram sua emergência em dado momento. O que importa é trabalhar com o próprio discurso e mapear condições históricas que sustentam determinadas verdades, subjetividades e saberes em contextos históricos específicos.

Estamos a conceber a mídia como um dispositivo (Foucault, 2017), porquanto reconhecemos seus efeitos sobre a forma como os indivíduos agem, pensam e, sobretudo, se reconhecem como sujeitos. Os enunciados inscritos no discurso midiático produzem efeitos que fazem parte dos processos de subjetivação. Além disso, é também por meio desta modalidade discursiva que se elabora uma “história do presente”, pois o seu conjunto de enunciações verbais e não-verbais “formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (Gregolin, 2007, p. 16). Seguindo Foucault (2016), alguns princípios gerais orientaram esta análise:

- a) o discurso é uma prática sustentada em saberes e articulada com práticas não discursivas;
- b) as coisas ditas e feitas inserem-se em formações discursivas, cujos elementos são orientados por determinadas regras de formação;
- c) o discurso é um jogo estratégico que constitui saberes de um momento histórico;
- d) o discurso é o espaço de articulação entre saber e poder (quem fala, fala de algum lugar, baseado em um direito reconhecido institucionalmente);
- e) a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que visam a determinar o que pode ser dito em um certo momento histórico.

O Novo Ensino Médio foi oficializado com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017), como efeito do acoplamento de práticas de ordem econômica, educacional, social e política que concorreram para que tal acontecimento fosse possível. Ainda em 2012, uma Comissão Especial foi instituída pelo Deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) para discutir mudanças no Ensino Médio. Visando dar um “rosto democrático” à proposta reformista, população civil, entidades educacionais e empresários foram convocados para participar de debates que se estenderam durante aquele ano pelo País. Em 2013, como síntese desses debates, levou-se à Câmara o Projeto de Lei (PL) nº 6.840/2013 (BRASIL, 2013), propondo instituir a jornada em tempo integral, dispor sobre a organização dos currículos em áreas do conhecimento e dar outras providências. Para Silva (2016, p. 10), tal PL contemplou apenas uma fração dos participantes, os empresários, cujos reclames baseavam-se em “concepções economicistas e pragmáticas”.

Não tardou para que emergisse um movimento de oposição à proposta de reforma, tendo sido criado, para isto, em 2014, o Movimento Nacional pelo Ensino Médio, composto por entidades do campo educacional, afinal, como sugere Foucault

(2017), onde há poder, há também resistência, pois ambos elementos impulsionam um ao outro; porque indivíduos e grupos, buscando legitimar sua força, produzem resistências ao se lhes impõem de uma ou outra maneira.

Neste movimento teve origem um Substitutivo ao PL em curso, o qual deveria ser levado ao plenário quando os deputados voltassem às atividades do Legislativo, no início de 2015. Entretanto, durante todo este ano e início de 2016, o Congresso Nacional fora ocupado por demandas que vinham se arrastando desde 2014, envolvendo escândalos de corrupção e denúncias de crimes fiscais contra Dilma Rousseff.

Em maio de 2016, a Presidente Dilma sofreu um golpe de Estado, tendo sido afastada de seu posto. Isso possibilitou ao vice-presidente Michel Temer assumir interinamente a Presidência do País. Esse golpe, para além do apoio de parte da população civil, foi sustentado pela classe empresarial, que com sua influência e poder fez com que fosse potencializada a necessidade da saída de Dilma Rousseff, cujo *impeachment* foi aprovado em agosto do mesmo ano. O apoio de empresários não foi em vão, pois logo após a derrubada de Dilma Rousseff iniciou-se uma série de ações que incluiu a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Poucos dias após assumir o posto presidencial, Michel Temer assinou a Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016), publicada em 22 setembro de 2016. O tom emergencial dessa Medida Provisória foi suficiente para ser alvejada como ação “antidemocrática” e “autoritária”, pois não possibilitou diálogo nem participação da população, sobretudo dos jovens; fato que, levou às ocupações secundaristas.

Entender esse cenário marcado por disputas de ordens diversas, envolvendo instituições e sujeitos, é importante para se compreender os enunciados materializados na fonte analisada, cujo sentido histórico se inscreve numa formação discursiva (Foucault, 2016). Ao mesmo tempo em que se reflete sobre a reforma, é preciso estar atento à fragilidade institucional da democracia no Brasil naquele momento; à potencialização do neoliberalismo, que se opõe aos direitos sociais e trabalhistas conquistados ao longo dos últimos anos; e à abertura de oportunidades de negócios no campo educacional público para o capital nacional e internacional. Um contexto em que a racionalidade neoliberal avança sobre as práticas, capturando os indivíduos e as instituições para que funcionem tal qual sua lógica.

A edição da *Veja* tem como título “Reviravolta na Escola”, cujo escrito aparece centralizado no canto inferior da capa, em caixa alta, com a cor preta, sob o fundo

integralmente branco. Abaixo dele, o subtítulo: “O governo lança uma medida provisória que sepulta o modelo falido do ensino médio e põe no lugar um sistema mais flexível e mais atraente para os estudantes”.

No primeiro contato do leitor com esta abordagem do Novo Ensino Médio há a recorrência a termos que ativam uma memória em torno da oposição entre morte e vida. Colocado frente a essas palavras, o leitor é levado a conceber o modelo então vigente de Ensino Médio como falido e, assim sendo, deve ser sepultado, descartado. A carga semântica cria uma aceitabilidade do novo em detrimento do velho, que já não serve mais aos estudantes que buscam, conforme enuncia-se: “um sistema mais flexível e atraente”. Ao mesmo tempo em que informa sobre o feito reformista, o escrito posiciona os jovens como desejantes da nova forma de escolarização e produz discursivamente a antiga forma como aquela que não lhes agrada ou lhes é útil.

Figura 1 – Capa da edição 2497 (28.09.2016)



Fonte: *Veja* (2016)

Para ilustrar a chamada, há a imagem de um lápis que, por ser produzido com material flexível, faz um movimento circular, dando uma volta em si mesmo. Atentemos para o signo imagético que parece representar a nova escola de Ensino Médio: não um lápis comum, usado por quase todos os estudantes, mas um lápis que, assim como propagava-se sendo a principal característica do Novo Ensino Médio, é maleável, pode ser levado a distintas direções. Chama atenção a cor do objeto. Escolha arbitrária?

Certamente não.

Retomando o contexto de emergência da Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016), vemos que o país se dividia diante de acusações partidárias, especialmente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que apesar de comporem a chapa presidencial desde 2010, com Dilma e Temer, se objetaram na crise de 2014. Nesse sentido, pode-se afirmar que há na escolha do lápis de cor azul uma intencionalidade, qual seja a de associar a mudança do Ensino Médio ao partido político de Michel Temer.

A capa situa-se num entrecruzamento discursivo em que o leitor se vê frente à ativação de uma memória que historicamente associa a cor azul a um partido específico e que contrasta com a cor vermelha, que caracteriza o partido opositor. Não obstante, a cor do lápis contido na capa foi a mesma utilizada nos *slogans* do Governo Temer, de modo que há uma alusão à relação entre a novidade governamental e a reforma do Ensino Médio, extensivamente positivada desde o título e o subtítulo.

Ademais, a tônica do Novo Ensino Médio em sua divulgação inicial era a flexibilidade. Flexibilidade em torno do que estudar, de qual tipo de formação obter e em qual direção – se profissional ou propedêutico. Tornar o ensino flexível é um enunciado que reconhecemos como verdade em nosso tempo. Mas não se trata, de uma novidade discursiva, pois esse enunciado figura em reclames diversos, inclusive dos próprios estudantes do Ensino Médio, que há décadas reivindicam um ensino alinhado às suas necessidades.

Sendo um enunciado, resta-nos questionar seguindo a perspectiva de Foucault (2016): por que sua emergência ocorreu nesse momento e não em outro? Ora, desde a década de 1990, o enunciado segundo o qual é necessário promover um ensino adaptado às características individuais dos jovens inscreve-se no discurso oficial, tendo ganhado concretude nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e nos Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM). Mas, frente ao avanço do neoliberalismo no Brasil nos últimos anos, racionalidade que tem como aspectos de sua lógica a individualização e o empresariamento do eu (Foucault, 2008), ganhou força a afirmação da necessidade de se ter uma formação escolarizada que, de fato, insira os jovens no mercado de trabalho; tão logo saiam do Ensino Médio ou que os prepare para o Ensino Superior; tudo isso em acordo com suas aptidões, vocações e vontades. Assim, o modelo do lápis estampado coaduna com o que foi utilizado como um dos carros-

chefes da reforma do Ensino Médio: a chance de o estudante obter um ensino flexível ou, no limite, individualizado.

Já a reportagem que contempla o tema da capa da edição é assinada por Cecília Ritto e Monica Weinberg – pessoas cuja formação não está associada ao campo educacional – e tem como manchete “A nova cor do Ensino Médio”, seguida pela *lide* “O governo anunciou uma reviravolta no falido modelo que vigora no Brasil. Bem aproveitada, pode ser uma chance de tornar a escola mais flexível e atraente”.

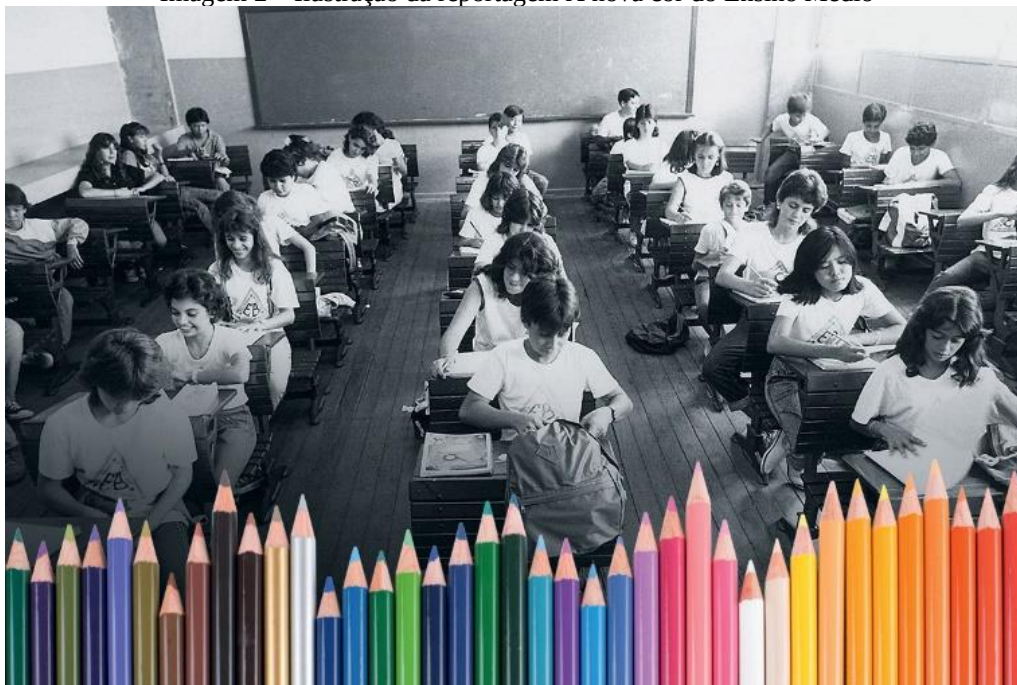
Sendo estas – manchete e *lide* – as partes estruturantes de textos jornalísticos nas quais seus autores se posicionam, verifica-se uma adjetivação do Ensino Médio com o signo falido, problema que poderia ser resolvido se a reforma fosse aproveitada. Seria uma mudança significativa nessa etapa de escolarização, que sinalizava uma reviravolta no funcionamento, tornando-a mais flexível e atraente, características que, por oposição, não espelhavam o Ensino Médio vigente.

Há em tais construções uma lógica que busca opor o antes e o agora, o velho e o novo. O que se tinha no Ensino Médio até antes da Medida Provisória nº 746/2016 (BRASIL, 2016) estaria posto no primeiro termo desses binômios, enquanto o modelo emergente figuraria no segundo deles. Além disso, no que tange a essas partes iniciais da reportagem, vale ressaltar sua relação com o signo imagético da capa, que evoca a flexibilidade porvir no Novo Ensino Médio.

Para ilustrar a referida reportagem, há uma imagem em preto e branco, na qual se visualiza uma sala de aula de escola, talvez de décadas atrás. O fato de a fotografia constar nessas cores remete o leitor ao passado, quando não havia se popularizado a coloração nessa forma de registro. Tal perspectiva é adensada pelos elementos que compõem o cenário: trata-se de um amplo espaço cujo chão é de madeira, com carteiras escolares feitas do mesmo material, nas quais estão a postos numerosos alunos e alunas que parecem situar-se em um tempo remoto, pelo corte de cabelo – típico das décadas de 1970 e 1980. Além disso, meninos e meninas diferenciam-se em tamanho e, talvez, em idade – a diferença física torna-se motivadora desse suposto –, remetendo o leitor às classes multisseriadas, que, em análises realizadas no campo da educação, são tratadas como um problema para o processo pedagógico e caracterizam a escolarização brasileira pelo menos até o último quarto do século passado. Ao fundo, vê-se um quadro negro de grande dimensão, ocupando quase toda a parede. Tal objeto, assim como as carteiras escolares, está inscrito num campo de ideias acerca de uma escola ultrapassada e, por

isso mesmo, tem sido substituído por quadro branco ou lousa digital, característico de uma “modernização escolar”.

Imagem 2 – Ilustração da reportagem A nova cor do Ensino Médio



Fonte: *Veja* (2016)

A esta altura, vale retomar a importância que têm os elementos imagéticos na construção de sentidos dos discursos, nesse caso, do discurso midiático. Fernandes (2012, p. 45) considera que “a imagem se inscreve na história, tem um eco, integra uma memória e atesta a produção e o funcionamento de discursos, ao mesmo tempo que os materializa”.

A fotografia, nesses termos, tem seu sentido dado pelo entorno, sua interpretação não encontra lugar fora dos limites históricos. Tal documento, se fosse analisado no contexto de sua produção – talvez as décadas de 1970 ou 1980 –, poderia ser lido como a captura de um momento escolar qualquer, fixado com as cores possíveis da tecnologia à época disponível. Não causaria estranhamento tratar-se de uma sala de aula de Ensino Médio – ou ensino de 2º grau, denominação vigente nas décadas supostas.

Lido em nossa atualidade, em que reverberam enunciados e reificam a “modernização escolar”, contestam a distorção série-idade, se contrapõem às metodologias consideradas tradicionais (alunos enfileirados, por exemplo). O registro fotográfico leva o leitor a associar o Ensino Médio atual ao passado, preso a uma forma antiga de escolarização. O emprego de uma imagem do passado para remeter ao presente

é estratégico: oferece ao Ensino Médio uma cor cinzenta para contrastá-lo às cores que emergem como representação de algo novo.

Funcionando como um enunciado, este documento iconográfico evoca uma memória acerca da escolarização brasileira, não raras vezes adjetivada com termos que a desqualificam e a desprestigiam. Acusam-na de ultrapassada, ineficaz. Esta memória coletiva em torno dela, enunciada por muitas pessoas – por aquelas que foram escolarizadas ou mesmo por aquelas que o estão sendo – é reativada pelo interdiscurso da fotografia em preto em branco, representativa do antigo, pois feita num período em que as cores não se aplicavam aos registros visuais.

Gregolin (2015) – em análise de fotografias de escolas no período republicano, tanto de seu exterior quanto de suas práticas internas – sugere que as informações dispostas em tais imagens foram cristalizando no imaginário da sociedade brasileira modos de ser e agir no espaço-tempo escolar. Os registros de corpos organizados e disciplinados concorreram no processo de subjetivação de identidades escolarizadas e chegaram ao tempo presente como verdade, porquanto o ideal de comportamento dos estudantes é o mesmo, a arquitetura e a organização das salas de aula, em geral, também o são. Esse “ideal”, entretanto, é posto em xeque na reportagem da *Veja* ao se associar o Ensino Médio à sua configuração do passado.

Recusar a velha escola é desejar outro tipo de aluno. Fala-se da instituição, fala-se de seus sujeitos. Em tempos de modernização, não é mais desejável uma “velha escola”, com alunos passivos, pois isso que se deve combater. Esse cenário que se deve renovar e colorir com “a nova cor do Novo Ensino Médio”, representada por lápis de cores em sequência policromática, pois sugerem colorir a imagem em preto e branco. Conforme apontamos, emerge como signo representativo do “Novo Ensino Médio”, cuja cor parece, agora, mais desbotada do que nunca.

Como síntese, os enunciados inscritos na Revista *Veja* que, quando da promulgação da Medida Provisória nº 746/2016, teve como tema – capa e reportagem principal – a reforma do Ensino Médio, fizeram referência ao ensino flexível desse nível da escolarização e ao desgaste de sua estrutura vigente no período. Tais enunciados historicamente orbitavam diferentes instâncias discursivas, mas apenas naquele contexto social, político e econômico puderam emergir e ser materializados, funcionando como signos que expressam uma época determinada. Ganham sentido nas imagens porque mobilizam aspectos que foram se acumulando no arquivo discursivo da sociedade

brasileira e tencionam algumas memórias do leitor a quem se destina, o subjetivando.

Considerações finais

Os resultados demonstram como os discursos midiáticos se articulam para construir sentidos sobre acontecimentos políticos e sociais, como a reforma do Ensino Médio. A edição da revista *Veja* analisada exemplifica esse fenômeno, utilizando imagens e textos para fortalecer a ideia de modernização educacional. O modelo pedagógico vigente foi apresentado como obsoleto, enquanto o novo foi revestido de uma aura de necessidade e progresso. Tal movimento discursivo não é apenas informativo, mas performativo, pois estrutura a percepção social acerca do que deve ser reformado.

Compreender os discursos como ferramentas de construção do presente é essencial para reconhecer suas implicações nas dinâmicas de poder e saber que atravessam a sociedade. Foucault (2016) enfatiza que o discurso não se limita a refletir a realidade, mas, funciona como prática que produz o objeto de que fala, fixando regras de visibilidade e inteligibilidade. Assim, o discurso midiático não apenas reporta acontecimentos, mas participa na formação das condições de possibilidade que tornam certa verdade mais aceitável, enquanto exclui outras possibilidades de interpretação.

Ainda mais relevante é o papel estratégico que os discursos desempenham na construção da memória coletiva e dos saberes que orientam o presente. Os enunciados analisados, ao mobilizarem imagens de escolas e práticas educacionais do passado, reforçam memórias específicas que contrastam a suposta inadequação do velho com a promessa de modernização trazida pela reforma. Conforme Gregolin (2007), por meio de narrativas discursivas a historicidade ganha corpo, molda a identidade histórica de um momento e influencia como os sujeitos se posicionam em relação ao passado e ao futuro.

O discurso emerge como arquivo que não apenas registra o já-dito, mas também orienta quais enunciados podem ser ditos em um dado contexto histórico, delimitando suas condições de existência. E a análise discursiva desnaturaliza os modos pelos quais certas verdades são construídas e mantidas, expondo as relações de poder e resistência que permeiam sua formulação e circulação. Ora, refletir sobre os discursos em circulação é um exercício fundamental para compreender como práticas, pensamentos e subjetividades são moldados. Olhar criticamente para essas narrativas permite entender o

discurso como espaços de disputa e criação, no qual as verdades do presente podem ser questionadas e reimaginadas, oferecem formas outras de pensar e agir.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394 [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.840/2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

FERNANDES, C. A. **Discurso e sujeito em Michel Foucault**. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GREGOLIN, M. do R. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

GREGOLIN, M. do R. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **MOARA**, Belém, n. 43, p. 6-25, 2015.

SILVA, M. R. O ensino médio como um campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais. In: **Anais da Reunião Científica Regional da ANPED**, 11, **Anais** [...]. Curitiba: UFPR, p. 1-20, 2016.

VEJA. **Reviravolta na escola**. Edição 2497, de 28 de setembro de 2016.